

Unidade Curricular: Ética em Economia e Negócios Internacionais

Exame da Época Normal

Data: 2017-01-17

Duração: 1h (15 m tolerância)

Responda a uma e apenas uma das perguntas em cada parte do exame.

Todas as questões têm a cotação de 10 valores.

Apresente cada resposta numa folha separada, devidamente identificada.

1.^a parte – Questões sobre teorias éticas e decisão ética nas organizações empresariais

Questão A

Atente na seguinte informação:

“A empresa finlandesa de componentes para telemóveis, WYZ, instalou uma das suas unidades de produção numa cidade portuguesa em 2012. Quando negociou a instalação da fábrica (que incluía, nomeadamente, cedência de terrenos e abertura de vias de comunicação) a autarquia percebeu que havia apenas uma localização possível, sendo anteriormente esses terrenos vistos como ideais para um projeto turístico. No entanto, atendendo à criação de empregos que esta empresa iria proporcionar, assim como todas as promessas explicitadas pela direção da empresa, designadamente de longevidade do investimento, aceitaram a cedência desses terrenos para a instalação da empresa. Em janeiro de 2017 os serviços centrais da WYZ consideraram a realocação para outro país, uma vez que tal permitiria uma maior rentabilidade.

Iniciou-se um processo de despedimento coletivo cumprindo a empresa todas as obrigações legais.”

A autarquia pediu ao seu gabinete para analisar esta situação de realocação da empresa e de despedimento coletivo.

- a) (5 val.) Entregou um relatório onde a posição explicitada considerava a perspetiva teórica kantiana.

- ✓ **Demonstra um caso em que direito (cumprir as obrigações legais) não coincide com a ética.**
- ✓ Segundo a perspectiva kantiana nesta situação aplicam-se três princípios:
 - 1 – **Lei do dever** – a empresa está a quebrar um compromisso “ (...) assim como todas as promessas explicitadas pela direção da empresa.”
 - 2 – **Imperativo categórico** – se esta atitude da empresa WYZ fosse a máxima da ação todas as empresas poderiam tomar estas atitudes tornando-se esta uma lei universal “consideraram a realocização da empresa para outro país, uma vez que permitiria uma maior rentabilidade para a empresa”, ou seja, realocar em função apenas do lucro.
 - 3 – **Princípio Prático Supremo** – as pessoas não devem ser utilizadas apenas como um meio para atingir determinados fins, mas como um fim em si mesmo. A empresa não considerou estes trabalhadores como um fim em si mesmo, mas como um meio de atingir lucros elevados, senão não teria realocado.

5 valores	Demonstrar domínio da teoria no comentário à afirmação.
3 valores	Demonstrar domínio da teoria comentando a afirmação com dificuldades.
2 valores	Limitar-se a descrever a teoria e sem comentário à afirmação.

b) (5 val.) Por sua vez, outro/a dos/as seus/suas colegas apresentou um relatório com o mesmo objetivo, mas considerou a Teoria da Justiça de Rawls.

- ✓ Segundo a perspectiva de Rawls nesta situação aplicam-se os dois princípios de justiça social:
 - 1- A **empresa, à luz do primeiro princípio**, deve assumir a existência de um contrato social imaginário e deve ter uma relação de transparência com o mercado. Não se afigura que o tenha tido, uma vez que quebrou esse contrato alegando apenas a dimensão da rentabilidade.
 - 2- Também violou o **segundo princípio** de justiça, uma vez que a realocização foi decidida (pelo menos justificada) em função de uma maior rentabilidade e não em função da melhoria de condições para os mais desfavorecidos.

5 valores	Demonstrar domínio da teoria no comentário à afirmação.
3 valores	Demonstrar domínio da teoria comentando a afirmação com dificuldades.
2 valores	Limitar-se a descrever a teoria e sem comentário à afirmação.

Gostaria de conhecer ambos os relatórios.

Questão B

Considere as seguintes afirmações:

“De um ponto de vista ético, os governos são, internacional e nacionalmente, meros agentes do povo. Consequentemente, os seus direitos internacionais derivam dos direitos dos indivíduos que habitam no estado e o constituem”.

“ Uma intervenção justificável deve visar ditadores com o propósito de colocar um fim a violações de direitos humanos”.

(5val. + 5 val.) Comente-as à luz da discussão sobre o dever ou não de intervenção humanitária.

A discussão situa-se entre a questão da soberania e o dever moral da intervenção.

Ambas as afirmações poderão ser integradas nos argumentos liberais, apesar de a segunda ser mais restritiva no âmbito da justificativa da intervenção.

Na primeira afirmação apenas governos representativos e que respeitam os direitos humanos têm direitos internacionais. Assim, os valores da soberania encontram-se subordinados ao dos direitos humanos. Os governos devem assegurar a proteção dos indivíduos, pois quando não os asseguram o dever da intervenção sobrepõe-se ao da soberania.

Na segunda afirmação uma intervenção deve ser verdadeiramente humanitária para ser justificada. Logo, apenas um estado opressivo e que viola a autonomia e integridade dos seus sujeitos perde autoridade moral para reivindicar a soberania plena.

10 valores Demonstrar domínio da teoria no comentário às afirmações.

6 valores Demonstrar domínio da teoria comentando as afirmações com dificuldades.

4 valores Limitar-se a descrever a teoria e sem comentário às afirmações.

2.ª parte – Questões sobre ética da globalização e doutrina social da Igreja

Questão A

A sustentabilidade do meio natural pode ser posta em causa pela rotura do processamento regular dos ciclos naturais de determinadas substâncias.

Explique porque é que este facto suscita questões éticas, de que forma a formulação de regras de comportamento pode contribuir para a ultrapassagem dos problemas assim gerados e quais as limitações dessa abordagem para a solução de tais problemas.

- A rotura do processamento regular dos ciclos naturais de determinadas substâncias suscita problemas éticos, porque pode resultar de atuação humana, que é vantajosa para quem a leva a cabo, mas, se generalizada, causa desvantagens coletivas.

- A formulação de regras de comportamento que proíbam ou limitem as atuações referidas permite ultrapassar os problemas, se as regras forem espontaneamente cumpridas.

- Porém, como assinalado, há incentivos para o eventual desrespeito por essas regras, o que suscita a questão da necessidade de uma autoridade que as imponha.

Questão B

Segundo o Compêndio de Doutrina Social da Igreja (351)

“A solidariedade sem subsidiariedade pode [...] degenerar facilmente em assistencialismo, ao passo que a subsidiariedade sem a solidariedade se expõe ao risco de alimentar formas de localismo egoísta.”

Tendo em conta o conteúdo dos dois princípios evocados na citação, explique em que consistem os riscos da sua aplicação isolada.

- Solidariedade implica o empenhamento na prossecução do bem comum.
- Subsidiariedade implica não atribuir a uma entidade mais elevada ou centralizada aquilo que pode ser eficazmente realizado por uma entidade de menor âmbito.
- A correta aplicação de qualquer dos princípios não pode ser isolada.
- A solidariedade sem subsidiariedade pode conduzir à dependência das entidades apoiadas (assistencialismo).
- A subsidiariedade sem solidariedade pode conduzir à ausência de partilha e apoio (localismo egoísta).